Estudo revela queda nos investimentos públicos para US$ 21 "per capita" por ano

por Nora Gonzalez
de São Paulo

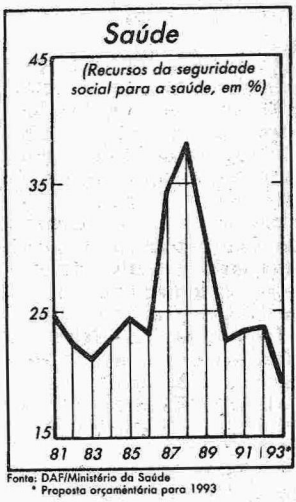
Apesar de ser a oitava maior economia do mundo, o Brasil ocupa o 63º lugar no "ranking" de investidores em saúde, ficando em penúltimo lugar na América Latina, atrás apenas da Colômbia. Isso porque deverá destinar em todo 1993 apenas US$ 21 per capita para aplicação nesse setor.

Os números vêm caindo ao longo dos anos. Em 1987, ano imediatamente anterior à municipalização da saúde, e último ano em que o Instituto Brasileiro de Geograria e Estatística (IBGE) pesquisou dados de recursos humanos em saúde, o governo federal destinou US$ 80 per capita por ano — muito abaixo, ainda, dos padrões mínimos sugeridos pela Organização Mundial da Saúde para os países em desenvolvimento, que são de US$ 500 e abaixo, ainda, do mínimo reconhecido pelo próprio governo brasileiro, que é de US$ 150.

Isso significa reduzir os recursos de US$ 12 bilhões, em 1987, para US$ 4,5 bilhões previstos para este ano. Os números são ainda mais discrepantes quando comparados com os de outros países. Nos Estados Unidos, destinaram-se, em 1992, US$ 2 100 per capita em recursos públicos para a saúde, enquanto Cuba aplicou US$ 1,2 mil. A Suíça está entre os primeiros, com mais de US$ 3 mil, enquanto a Etiópia não chega aos US$ 4, e está entre os últimos.

Esses e outros dados constam do Diagnóstico da Assistência Médica do Brasil, realizado em conjunto pela Universidade Federal de Minas Gerais, o Núcleo de Pesquisas em Saúde Coletiva e Nutrição, a Comissão de Medicina Assistencial e Saúde Pública e a Associação Médica de Minas Gerais, a pedido da Associação Médica Brasileira.

O trabalho, um mapeamento detalhado da saúde em todo o País, será entregue nos próximos dias ao ministro da Saúde, Jamil Haddad. O levantamento servirá também como base para um "workshop" no Senado, no próximo dia 26 de junho, em conjunto com a Comissão de Secretários de Estado de Saúde, para analisar financiamentos para o setor. Em outubro, será realizado um simpósio internacional pela AMB para comparar o desempenho de outros países nessa área.



Fonte: DAF/Ministério da Saúde
* Proposta orçamentária para 1993

Uma das principais abordagens será a desigualdade entre as regiões, que provoca sérias distorções. Apesar de registrar uma média de 2,3 consultas médicas por ano per capita, no Norte e Nordeste há estados que mantêm médias em torno de 0,4. O número de internações acompanha essa proporção. Enquanto o índice nacional médio é de 13,02 internações para cada 100 habitantes, no Norte cai para 11,29 e no Centro-Oeste sobe para 17,77.

O número de leitos disponíveis também caiu sensivelmente e hoje apenas 55% da rede pública funciona. Enquanto isso, 48,5% dos 533.558 leitos do País estão na região Sudeste. Apenas em São Paulo há 23,5%. "Esse diagnóstico demonstra o que já sabíamos", disse Mário da Costa Cardoso Filho, presidente da AMB. O problema, segundo ele, é que apenas 3% da população brasileira paga médico pessoalmente, como profissional liberal; 21% tem planos de saúde e 76% depende exclusivamente da assistência pública — pior ainda, desses 76%, 35% são absolutamente miseráveis, sem condições para comprar nem remédios.